

# Resenha

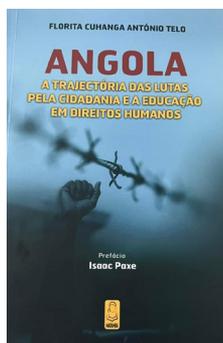
---



# A trajetória das lutas pela cidadania e a educação em Direitos Humanos

---

Ermelinda Liberato<sup>1</sup>



**Resenha:** Telo, Florita Cuhanga António. *Angola. A trajetória das lutas pela cidadania e a educação em Direitos Humanos*. Luanda: Mayamba. 2022. 310 p.

Florita Telo apresenta hoje, aqui<sup>2</sup>, nesta ilustre casa, a sua obra *Angola. A trajetória das lutas pela cidadania e a educação em Direitos Humanos*, editada pela Mayamba no ano de 2022. A obra resulta da dissertação de mestrado em Direitos Humanos da autora, defendida na Faculdade de Direito da Universidade Federal da Paraíba em 2012. No entanto, e como a própria nos informa logo nas primeiras páginas “muitas das constatações feitas naquela altura permanecem atuais, portanto, úteis à compreensão da trajetória dos direitos humanos no país” (p.15). Hoje, 11 anos depois, e 21 anos de paz, o debate continua em cima da mesa e sempre pertinente.

A temática da obra gira em torno das reflexões da autora sobre a luta dos angolanos pela cidadania e pelos Direitos Humanos, pesquisa que a auto-

---

1 Doutora em Estudos Africanos, pelo ISCTE-IUL, em Lisboa, investigadora do Centro de Estudos Internacionais do ISCTE-IUL (CEI-IUL), ex-CEA. Professora na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto, em Luanda, Angola. ermelinda.liberato@gmail.com

2 O texto corresponde à apresentação da obra que teve lugar no dia 31 de março de 2023, no Memorial António Agostinho Neto, Luanda - Angola.

ra profunda no seu doutoramento em Estudos Interdisciplinares em Género, Mulheres e Feminismos na Universidade Federal da Bahia. Afinal, a questão das mulheres, da condição de desigualdade a que têm sido submetidas ao longo dos séculos, um pouco por todo o mundo e da sua luta pela emancipação, constituem, igualmente, uma questão de direitos humanos e de cidadania, à que a educação deve ajudar a transformar.

Embora formada em direito, e de se tratar de uma dissertação que resulta de um mestrado em Direitos Humanos, a obra assume uma dimensão interdisciplinar. A análise rigorosa dos instrumentos normativos é sustentada pelo diálogo com diferentes áreas do saber, com destaque para a história, o direito e a sociologia, o que enriquece não só a obra, mas igualmente a capacidade e as competências científicas dos potenciais leitores. O seu cuidado em contextualizar historicamente os principais acontecimentos que sustentam a sua hipótese – a contínua violação dos direitos humanos no país – o cruzamento de diferentes fontes e a análise minuciosa da informação consolidam essa posição. E o resultado só poderia ser esse: obra de fácil leitura, destinada ao público em geral. Apesar da vertente académica, a sua linguagem fluida e o cuidado com a utilização de vocabulário mais simples, com menos jargão académico tornam a mesma acessível para qualquer público e estudante de qualquer área do saber.

A obra está estruturada em sete (7) capítulos longos, densos e bastante descritivos, porém, igualmente elucidativos. A sequência coerente dos mesmos permite-nos conhecer, cronologicamente, a ordem dos acontecimentos, bem como melhor compreender a realidade atual. O aporte jurídico-legal na luta pelos direitos humanos e cidadania, corolários do processo de democratização está presente em todos os capítulos da obra. A reflexão sobre a importância do currículo da Educação em Direitos Humanos (EDH) na luta pela cidadania, de um modo geral, e de formação dos angolanos enquanto cidadãos em particular, constituem o ponto de partida para a promoção de outros valores, como a paz, a democracia, a tolerância, entre outros, corolários para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Há denúncia de um silêncio que estrutura a falta de cultura e sensibilidade para a questão dos direitos humanos no país. Lembra-nos a autora que, o passado colonial ainda recente e vivo na memória dos *mais velhos*, assente em relações de “subordinação, de imposição e subjugação” (p. 58), constitui o ponto de partida da mais jovem nação que se tornou independente apenas em 1975. Seguem-se períodos políticos conturbados que sustentaram uma guerra civil longa, duradoura e destrutiva, em todas as dimensões, com destaque para o ser humano, cadinho perfeito para o desenvolvimento de todos os problemas sociais que nos afetam, até aos dias de hoje. O fim

da guerra civil em 2002 deveria ser o início do período de reconciliação e de lançamento das bases para a construção do processo de democratização, do exercício do direito de cidadania e de respeito pelos direitos humanos. Porém, a “naturalização da violência criou raízes profundas” (p. 126) e o sonho continua por cumprir.

Não podemos deixar de salientar três aspetos:

Primeiro, a dificuldade de distanciamento da autora entre as suas diferentes responsabilidades: académicas, ativista, feminista e cidadã. Quatro papéis difíceis de separar, sobretudo dada a atividade das mesmas, de forte pendor social, porém pode influenciar a análise da informação. Isso porque a responsabilidade da situação atual deve ser atribuída a uma série de acontecimentos históricos que o país tem vivido e não somente a um único ator, que a autora identifica como sendo o partido no poder. Não queremos dizer com isso que o mesmo não tenha a sua cota de responsabilidade, mas que é apenas uma do conjunto de acontecimentos identificados e analisados pela autora.

O segundo está relacionado com as ONGs identificadas pela autora, como organizações que se têm dedicado a trabalhar em prol da defesa dos direitos humanos e de cidadania no país. A Mosaiko Instituto para a Cidadania, a Associação Justiça, Paz e Democracia (AJPD) e a Associação Construindo Comunidades (ACC). O seu trabalho árduo e a resiliência que têm demonstrado ao longo dos anos perante um cenário difícil como aquele que caracteriza o nosso país deve ser sempre louvado e divulgado.

Terceiro, a EDH necessita de um amplo debate. Esse debate deve ser extensivo às escolas, com o objetivo de desconstrução de uma ordem instalada que viola os direitos fundamentais dos seus próprios cidadãos. Compreender a importância e a necessidade da EDH é essencial para o fortalecimento do processo democrático no país. Problematizar a EDH e a cidadania permitem-nos ainda, enfatizar, uma vez mais, a necessidade de descolonizar o sistema educativo, os currículos escolares, a estrutura social e a valorização dos saberes endógenos do cidadão angolano como tal. Tal como Isaac Paxe realça no prefácio à obra “um dos desafios contemporâneos de Angola é a construção da cidadania corroída pela história das relações sociais e políticas ao longo dos tempos” (p. 17).

Por fim, Não podemos terminar sem deixar de agradecer à Mayamba pelo seu contínuo investimento na publicação de obras de autores angolanos, num contexto difícil, marcado por sucessivas crises, em todas as dimensões, mas, sobretudo económica, que se refletem na gritante falta de investimentos no setor. Os leitores de qualquer área do saber, os estudantes e professores louvam a exemplar resiliência da Mayamba Editora.

Mas não existe obra sem autora<sup>3</sup> e sobre a mesma, apelamos que continue a trabalhar. A ciência precisa de combatentes com a sua envergadura. O caminho é longo, mas é caminhando que fazemos a diferença.

Bem haja a autora!

Bem haja a Mayamba Editora!

---

3 A obra valeu à autora o prêmio nacional de direitos humanos 2023